



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2024/NL

### COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE AMÉLIA RODRIGUES/BA, Inscrito no CNPJ Nº 13.607.213/0001-28, com sede Av. Justiniano Silva, nº 98, Centro, Amélia Rodrigues-BA, CEP: 44.230.000, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital (Termo de Referência) conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS	23/08/2024
REFERÊNCIAS DE HORÁRIOS	HORARIO DE BRASILIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	<a href="mailto:Licitacaoameliarodrigues@gmail.com">Licitacaoameliarodrigues@gmail.com</a>
LINK DO EDITAL:	<a href="https://www.ameliarodrigues.ba.gov.br">https://www.ameliarodrigues.ba.gov.br</a>



## TERMO DE REFERÊNCIA

**1- OBJETO:** Constitui o objeto deste Termo de Referência a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de próteses dentárias para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do município de Amélia Rodrigues-BA, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

### 1.1 - Planilha Descritiva:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL
01	CONFEÇÃO DE PRÓTESE DE PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR E MAXILAR, ENVOLVENDO PLACAS DE DENTES, ROLETES EM CERA, MONTAGEM DE DENTES, REMONTAGEM, VAZAMENTO, ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO, POLIMENTO E CONSERTOS.	UND	105	R\$ 225,00	R\$ 23.625,00
02	CONFEÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS BILATERAL MAXILAR, ENVOLVENDO PLACAS DE DENTES, ROLETES EM CERA, MONTAGEM DE DENTES, REMONTAGEM, VAZAMENTO, ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO, POLIMENTO E CONSERTOS.	UND	70	R\$ 225,00	R\$ 15.750,00
03	CONFEÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS BILATERAL MANDIBULAR E/OU MAXILAR DE ESTRUTURAS METÁLICAS REMOVÍVEIS (PPR) EM CROMO COBALTO, ENVOLVENDO PLACAS DE DENTES, ROLETES EM CERA, MONTAGEM DE DENTES, REMONTAGEM, VAZAMENTO, ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO, POLIMENTO E CONSERTOS.	UND	70	R\$ 225,00	R\$15.750,00
04	CONFEÇÃO DE PRÓTESE CORONÁRIAS/INTRARRADICULARES FIXAS/ADESIVAS EM RESINA	UND	14	R\$ 225,00	R\$ 3.150,00
VALOR TOTAL: R\$ 58.275,00 (CINQUENTA E OITO MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)					R\$ 58.275,00

## 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A implantação dos serviços de prótese dentária se faz necessária para atender os programas de Saúde Bucal deste município, dando extensão aos serviços prestados aos usuários do SUS, cumprindo a Portaria nº 668, de 01/04/2020 do Ministério da Saúde, a qual credencia municípios a receberem incentivo referente à Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD).

2.2. Os LRPD visam o suprimento de uma grande necessidade da população brasileira, que é a reabilitação oral para restaurar e manter forma, função, aparência e saúde oral, devolvendo capacidade fonética estética e mastigatória. Nesse contexto, a reabilitação protética passou a ser uma das principais metas da Política Nacional de Atenção à Saúde Bucal, que efetua o repasse financeiro aos municípios, e a atribuição de providenciar o

atendimento a demanda. (Secção I, Capítulo V, Título I da PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; NOTA TÉCNICA Nº 20/2021-CGSB/DESF/SAPS/MS).

2.3. A contratação pretendida consiste na referência do Estudo Técnico Preliminar que caracteriza o interesse público para o serviço, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação da contratação definido no Art. 18, §1ª da Lei nº 14.133/2021.

2.4. O fornecimento de próteses dentárias contribui para a recuperação e manutenção da saúde dos cidadãos, prestando assistência odontológica aos que dela necessitam, considerando que o direito à vida é o mais fundamental dos direitos, sendo a assistência à saúde a via principal para assegurá-lo. Uma boca parcial ou totalmente desdentada gera inúmeros problemas, mas o pior deles é o impacto sobre a qualidade devida dessas pessoas, acarretando desde dificuldades de deglutição, digestão e dicção, até dificuldades em ser inserido no mercado de trabalho.

2.5. Há de se atentar, neste contexto, que visando ampliar o número de Laboratórios e a oferta de próteses dentárias, a política de Saúde Bucal vem sendo fortalecida, e o Município de Amélia Rodrigues foi contemplado com o credenciamento para LRPD junto ao Ministério da Saúde (PORTARIA GM/MS Nº 2.625, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023). Dessa forma, o município busca a implantação do serviço para garantir uma assistência integral em Saúde Bucal aos munícipes, devolvendo muito mais que função: reestabelecendo dignidade e proporcionando autoestima, promovendo assim qualidade de vida e saúde à população.

2.6. Da justificativa da quantidade estimada requerida:

2.6.1. As quantidades foram definidas mediante levantamento realizado através do Estudo Técnico Preliminar. Conforme ETP, o quantitativo estimado tem como base o valor do recurso repassado pelo Governo Federal (conforme documentos em anexo), referente ao Programa Brasil Sorridente, possibilitando a confecção de 21 a 50 próteses mensais, totalizando 147 a 350 próteses no período de 7 meses, compreendendo o consumo até dezembro/2024.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece normas gerais para que a Administração Pública, através dos entes e entidades, realize compras, execute serviços e obras entre outros. A dispensa de licitação, foco deste Termo de Referência, é a forma de contratação direta que a Administração Pública pode realizar, pois, existe a viabilidade de competição. Avaliado a realidade local e os tramites administrativos é indicada a contratação do serviço por dispensa de licitação como a preterida e mais viável para o funcionamento, além do atendimento aos quesitos impostos pelo Ministério da Saúde.

3.2. Dessa forma, o serviço ora mencionado, satisfaz as necessidades do Município, e se enquadra nos preceitos legais previsto no inciso II, do Artigo 75º, da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 010/2023.

3.3. Os decretos funcionam como atos elaborados pelo chefe do Executivo com a intenção de complementar ou regulamentar alguma normativa jurídica existente. Nos parâmetros do Decreto Municipal nº 008 de 07 de março de 2023 que regulamenta as hipóteses de cabimento do Estudo Técnico Preliminar de que trata a Lei Federal nº 14.133/21, em seguimento ao art. 5º incisos I a IX, foi realizada a elaboração do documento de Estudo

Técnico Preliminar.

3.4. A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua atual fase de elaboração. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento da Administração.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. Conforme as opções viáveis identificadas através do levantamento de mercado via Estudo Técnico Preliminar, considerando a ausência na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, de profissionais e estrutura laboratorial necessária para a confecção de próteses dentárias, bem como a impossibilidade financeira de realizar investimentos com Recursos Próprios (utilizados, em sua maior parte, para contrapartida dos Programas com repasses extremamente desatualizados) para obter a estrutura e contratar os profissionais capacitados para atender tais demandas, o qual seria necessário investimento monetário considerável, esta opção de implementação torna-se inviável.

4.2. De acordo ao Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviço especializado em confecção de próteses coronárias/intrarradiculares fixas/adesivas, prótese parcial removível superior e/ou inferior, prótese total superior e/ou inferior, para efetivo atendimento da população de Amélia Rodrigues, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde, constitui-se na alternativa mais viável que respeita os limites financeiros desta Secretaria, devendo apresentar todos os equipamentos e profissionais especialistas na confecção de próteses de qualidade, garantindo, assim, uma prestação de serviços de excelência para a população do Município, permitindo ao município promover qualidade de vida, devolver função estética e mastigatória, a partir da reabilitação oral protética.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Para fins de requisitos de contratação deverão ser atendidos em:

5.2. Habilitação Jurídica:

5.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

5.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante uma sucursal, filial ou agência;

5.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.2.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

5.2.7. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove

a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

5.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 5.3. Regularidade Fiscal de Trabalhista:

5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.3.8. Caso o licitante, seja microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

5.3.9. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### 5.4. Qualificação Econômico-Financeira:

5.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II);

### 5.5. Qualificação Técnica:

5.5.1. Comprovação de aptidão para a realização do serviço equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.5.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.5.4. As empresas interessadas em participar do certame deverão possuir ~~laboratório de prótese, com protético devidamente regulamentado junto ao Conselho~~

Regional de Odontologia, comprovar registro de trabalho desse funcionário, ou no caso de sócio proprietário apresentar comprovação.

5.5.5. A empresa deverá apresentar cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) disponível em: [www.cnes.datasus.gov.br](http://www.cnes.datasus.gov.br), com a comprovação dos tipos de serviços cadastrados, compatíveis com a complexidade ao atendimento dos serviços a serem executados (credenciados), além do registro dos profissionais vinculados ao seu estabelecimento atendendo as normativas vigentes e/ou aquelas que, no decorrer da prestação dos serviços, forem publicadas pelos órgãos sanitários competentes;

5.5.6. A empresa deverá apresentar Licença de Funcionamento em vigor, expedida pelo órgão competente;

5.5.7. A empresa deverá apresentar Alvará da Vigilância Sanitária expedida pelo órgão competente local, em plena vigência;

5.5.8. A empresa deverá apresentar certificado de regularidade da empresa credenciada junto ao Conselho Regional de Odontologia (CRO);

5.5.9. A empresa deverá apresentar certificado de regularidade do responsável técnico indicado pela empresa credenciada expedido pelo Conselho Regional de Odontologia (CRO);

5.5.10. A empresa deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com os itens cotados, por meio de atestado de fornecimento, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

5.5.11. A empresa deverá apresentar declaração informando a capacidade máxima mensal de atendimentos, nos serviços para os quais está se habilitando.

## 5.6. Sustentabilidade

5.6.1. As próteses fornecidas devem atender aos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

## 5.7. Subcontratação

5.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5.8. Garantia do bem

5.8.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

5.8.2. Não haverá exigência da garantia da contratação nos parâmetros do Artigo 96 e seguintes, capítulo III da Lei 14.133/21.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

### 6.1. Prazo e local de entrega do objeto

6.1.1. O prazo para início do serviço é de 3 (três) dias úteis, contados do envio da solicitação de fornecimento;

6.1.2. As próteses deverão ser entregues adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

6.1.3. As próteses deverão ser entregues no seguinte endereço: Unidade de Saúde da Família Derval das Virgens (Campo Alegre) – Rua Anísio Alves Paim, nº 008. Centro. Amélia Rodrigues-BA, no horário de 08:00h às 15:00h;

### 6.2. Critérios de aceitação do objeto

6.2.1. Fica assegurado a Secretaria Municipal de Saúde de Amélia Rodrigues-BA o

direito de rejeitar o produto entregue em desacordo com as especificações exigidas no presente Termo de Referência, ficando a contratada obrigada a substituir e/ou reparar o item irregular no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, conforme os prazos estabelecidos, que ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde de Amélia Rodrigues-BA;

6.3. As próteses deverão ser de qualidade, devendo atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente;

6.3.1. Às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;

6.3.2. Às normas da ABNT/ANVISA, conforme especificação e necessidade de cada produto;

6.3.3. Às prescrições e recomendações dos fabricantes;

6.4. As despesas com transporte serão de responsabilidade da contratada. E o pagamento será efetuado após a compra realizada, mediante apresentação de Nota Fiscal;

6.5. A contratada deverá, durante o fornecimento das próteses, atender as exigências das condições de segurança sanitária;

6.6. A empresa vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria requisitante, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

6.7. A contratada se responsabilizará por quaisquer danos causados aos produtos na execução do fornecimento;

6.8. Após a consulta inicial, as consultas subsequentes de prova dos trabalhos protéticos ocorrerão semanalmente, a cada sete dias, e a consulta de conclusão em até trinta dias da consulta inicial, permitindo a conclusão e entrega de todas as próteses contratadas para o mês dentro deste prazo, cumprindo assim o descrito em Portaria Ministerial;

6.9. Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de todos materiais, equipamentos e ferramentas necessárias a fase laboratorial do procedimento.

6.10. O laboratório fica responsável em recolher as moldagens realizadas e vazar em gesso após a execução da moldagem, em tempo seguro para que não haja distorções no material de moldagem que possam comprometer ou dificultar o resultado final. Também se compromete em repetir e/ou por motivos técnicos (falhas na execução) que possam comprometer a etapa seguinte.

6.11. O laboratório deverá dispor de funcionário para efetuar a coleta e entrega dos trabalhos nos dias acordados, de forma a agilizar a execução dos mesmos e permitir a realização de provas em consultas subsequentes, e a responsabilidade por eventuais avarias ou perdas de trabalhos e/ou acessórios durante o transporte e a permanência no laboratório será exclusivamente deste. Para a execução dos trabalhos o laboratório deverá contar com número suficiente de técnicos em prótese dentária e funcionários para realizar enceramento, inclusão e acabamento, polimento e todas as demais etapas em tempo hábil para devolução dos trabalhos em no máximo sete dias, de forma a permitir o atendimento

semanal dos indivíduos e a conclusão dos trabalhos em até um mês.

6.12. As amostras deverão apresentadas no certame através de imagens, para futura comprovação com as próteses entregues.

6.11. O fornecimento do objeto será parcelado.

## **7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

7.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no item 5 do Termo de Referência e na Lei 14.133/21;

7.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no item 5 do Termo de Referência e na Lei 14.133/21;

7.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no item 5 do Termo de Referência;

7.4. Os critérios das garantias legal e contratual a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no item 5 do Termo de Referência;

7.5. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese de Art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

7.6. A licitante deverá encaminhar o orçamento/proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão, devendo, ainda, declarar e encaminhar, as seguintes informações:

7.6.1 A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

7.6.2. O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

7.6.3. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

7.6.4. A responsabilidade pelas informações que forem encaminhadas, assumindo como firmes e verdadeiras;

7.6.5. O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

7.6.6. O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Após realização da contratação, definida a empresa vencedora no certame, conforme Regulamentação via Decreto 11.878 de 09 de janeiro de 2024 e Decreto Municipal nº 006 de 25 de março de 2024, os pacientes já avaliados em suas necessidades protéticas, devidamente adequados pelo dentista da Atenção Primária são encaminhados através de guia de referência e contra referência para a atenção especializada na Unidade de Saúde da Família definida pela Secretaria Municipal de Saúde para início das etapas de confecção das peças.



## **8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

### **8.1. PRÓTESE TOTAL MAXILAR E MANDIBULAR (PACIENTES TOTALMENTE DESDENTADOS)**

- a) Moldagem anatômica com material de moldagem alginato e moldeiras metálicas superior e inferior, selecionadas de acordo com o tamanho da arcada de cada paciente;
- b) As moldagens são encaminhadas ao laboratório de prótese, após desinfecção dos moldes vaza-se o gesso para confecção dos modelos. Confecção das moldeiras individuais em placa base e rolete de cera para registro da dimensão vertical (altura), linha média e do sorriso e seleção de cor dos dentes e da gengiva;
- c) Após os registros necessários, coloca-se em articulador para a montagem dos dentes em resina, conforme especificação, e escultura prévia. Prova dos dentes e ajustes iniciais, se necessário;
- d) De volta ao laboratório, é feito a prensagem, inclusão em mufla com gesso, remoção da cera, isolamento. Procede-se à perfurações nos dentes para aumentar a retenção e melhor fixação dos mesmos. Coloca-se resina acrílica na cor de gengiva solicitada na porção vestibular e incolor na região de palato, leva-se à prensa e dessa forma permanece imersa em água para cozimento durante duas a três horas. Após é feito a desinclusão da mufla, limpeza e acabamento com brocas do tipo Maxcut, lixas, borrachas e finalização das peças com polimento com escova de pelo e pedra pomes e para dar brilho utiliza-se escova de flanela e branco de Espanha;
- e) Após todo esse processo as peças são entregues na Unidade de Saúde da Família e o cirurgião-dentista realiza a instalação da prótese na boca do paciente, se necessário realiza novos ajustes e as orientações de higiene e conservação das próteses.

### **8.2. PRÓTESE PARCIAL MAXILAR SEM METAL (PACIENTES PARCIALMENTE DESDENTADOS)**

- a) Moldagem anatômica com material de moldagem alginato e moldeiras metálicas superior e inferior, selecionadas de acordo com o tamanho da arcada de cada paciente;
- b) As moldagens são encaminhadas ao laboratório de prótese, após desinfecção dos moldes vaza-se o gesso para confecção dos modelos. Confecção das placa base com rolete de cera para registro da mordida e/ou dimensão vertical (altura), linha média e do sorriso e seleção de cor dos dentes;
- c) Após os registros necessários, coloca-se em articulador para a montagem dos dentes em resina, conforme especificação, e escultura prévia. Prova dos dentes e ajustes iniciais, se necessário;
- d) De volta ao laboratório, é feito a prensagem, inclusão em mufla com gesso, remoção da cera, isolamento. Procede-se à perfurações nos dentes para aumentar a retenção e melhor fixação dos mesmos. Coloca-se resina acrílica na cor rosa médio na porção vestibular e incolor na região de palato, leva-se à prensa e dessa forma permanece imersa em água para cozimento durante duas a três horas.
- e) Após é feito a desinclusão da mufla, limpeza e acabamento com brocas do tipo Maxcut, lixas, borrachas e finalização das peças com polimento com escova de pelo e pedra pomes e para dar brilho utiliza-se escova de flanela e branco de Espanha.

### **8.3. PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL MAXILAR E MANDIBULAR (PACIENTES PARCIALMENTE DESDENTADOS)**

- a) ~~Após o paciente ter sido avaliado, adequado e devidamente encaminhado a Unidade de~~

Saúde da Família definida através de guia de referência e contra referência, procede-se à moldagem anatômica com moldeiras metálicas de acordo com o tamanho da arcada do paciente, com material de moldagem Alginato, após planejamento do caso clínico;

b) As moldagens são encaminhadas ao laboratório de prótese, após desinfecção das moldagens, vaza-se o gesso especial e extra duro para confecção dos modelos;

c) Análise e planejamento da peça: avalia-se no modelo o espaço protético existente para passagem dos grampos, apoios e barra. A seguir faz-se o alívio e enceramento para reproduzir em material à base de gelatina elástica de alta precisão para duplicação dos modelos para a fundição;

d) Após duplicação procede-se à escultura em cera da armação deixando pronto para fundição. Envolve-se as esculturas em revestimento de alta temperatura e leva-se ao forno em temperatura média de 980° C, deixando por 2 (duas) horas. Enquanto isso, derrete-se com maçarico a porção de Cromo-Cobalto num cadinho (recipiente) dentro da centrífuga onde é feito a injeção do metal. Após a execução da fundição, retira-se o revestimento e a peça recebe um tratamento em ácido Muriático para limpeza. Com auxílio de discos de Carburundum (Gutof) corta-se os excessos e com brocas de alta rotação, pedra grossa e fina, faz-se o acabamento e adaptação das peças ao modelo. Concluindo o processo, o acabamento final é realizado com massa para polimento e brilho usando-se roda de feltro para obtenção do brilho ideal. Coloca-se o rolete de cera para o registro da mordida;

e) Nessa etapa o paciente retorna USF de Campo Alegre para que o cirurgião-dentista execute o registro da mordida em cera e prova da armação, retornando ao laboratório para montagem dos dentes;

f) O paciente retorna novamente a USF para que o cirurgião-dentista execute a prova da peça protética com os dentes, para realizar ajustes finais se necessário;

g) A peça protética retorna ao laboratório para a etapa de acrilização (inclusão em mufla, cozimento em água, desinclusão e acabamento com brocas, lixas e discos de feltro);

h) Instalação das peças protéticas devidamente polidas, para averiguar a devida adaptação na boca do paciente que recebe orientações sobre cuidados e manutenção das mesmas através da consulta odontológica com o cirurgião dentista.

## **9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS:**

9.1. As despesas globais, correrão pela seguinte unidade orçamentária:

UNIDADE: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA

AÇÃO: 2063

ELEMENTO: 3.3.9.0.39

FONTE: 2600

## **10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência, as cláusulas contratuais, e os termos de sua proposta;

10.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da realização dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

10.1.6. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.7. Rejeitar qualquer serviço fornecido equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de referência.

10.1.8. Impedir que terceiros forneçam os serviços objeto desta Dispensa, ressalvados os casos autorizados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

11.1. São obrigações da Contratada:

11.1.1. Fornecer os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, as próteses fornecidas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.3. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.1.4. Fornecer as próteses dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal.

11.1.7. Promover a organização técnica e administrativa do fornecimento, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.1.8. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste termo de referência.

11.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

## **12. DO PAGAMENTO:**

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2. O contratado deverá apresentar e manter atualizados (durante a validade do contrato) os seguintes documentos:

12.2.1. Prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

12.2.2. Certidão Negativa relativo a débitos Trabalhistas (CNDT);

12.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral);

12.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

12.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;

12.2.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

12.3. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

## **13. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

12.1. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro de 2024 a contar da data de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

## **14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

14.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Amélia Rodrigues /BA, através de seus Gestores, designarão mediante portaria, um (a) servidor(a) que fará o acompanhamento e fiscalização do referido contrato, sendo o responsável pela observância do fiel cumprimento de todas as cláusulas contratuais obrigando-se a comunicar aos demais setores sobre qualquer falta ou falha, cumprindo assim o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle dos produtos e execução do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência

14.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos

serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato

14.6. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.7. O servidor da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Amélia Rodrigues/BA anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES:**

15.1. Comete infração administração o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a. Dar causa a inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa á inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento do serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa á inexecução total do contrato
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Considerar comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstancias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além de perda desse valor a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

15.4. A aplicação das sanções previstas nesta Contratação direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

15.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indício de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à administração pública federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **16. DOS RISCOS**

16.1. Considerando o art. 18, inciso X da Lei nº 14.133/2021, que define que o planejamento da contratação deverá ser instruído com a “análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual”.

16.2. Os decretos funcionam como atos elaborados pelo chefe do Executivo com a intenção de complementar ou regulamentar alguma normativa jurídica existente, no caso tratando-se da Lei 14.133/21 conforme parágrafo 2º do Decreto Municipal nº 16 de 24 de março de 2024, a análise de risco torna-se obrigatória com base nos incisos descritos.

## **17. ANEXOS:**

17.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Modelo de Proposta de Preço;
- Anexo II – A declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Anexo III – Declaração do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- Anexo IV – Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- Anexo V – Declaração de responsabilidade pelas informações que forem encaminhadas, assumindo como firmes e verdadeiras;

- Anexo VI – Declaração do cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e
- Anexo VII – Minuta de Contrato.

Amélia Rodrigues/BA



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

## ANEXO I – MODELO DA PROPOSTA

<b>MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO</b> <b>PROCESSO ADIMINSTRATIVO:</b> <b>XXX/2024</b>					
<b>Razão Social do Fornecedor:</b>					
<b>Nome Completo do Responsável da Empresa:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>Endereço:</b>					
<b>E-mail:</b>				<b>Telefone:</b>	
<b>OBJETO:</b>					
<b>LOTE ÚNICO</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UND</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR TOTAL</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
01	CONFEÇÃO DE PRÓTESE DE PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR E MAXILAR, ENVOLVENDO PLACAS DE DENTES, ROLETES EM CERA, MONTAGEM DE DENTES, REMONTAGEM, VAZAMENTO, ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO, POLIMENTO E CONSERTOS.	UND	105	R\$	R\$
02	CONFEÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS BILATERAL MAXILAR, ENVOLVENDO PLACAS DE DENTES, ROLETES EM CERA, MONTAGEM DE DENTES, REMONTAGEM, VAZAMENTO, ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO, POLIMENTO E CONSERTOS.	UND	70	R\$	R\$
03	CONFEÇÃO DE PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS BILATERAL MANDIBULAR E/OU MAXILAR DE ESTRUTURAS METÁLICAS REMOVÍVEIS (PPR) EM CROMO COBALTO, ENVOLVENDO PLACAS DE DENTES, ROLETES EM CERA, MONTAGEM DE DENTES, REMONTAGEM, VAZAMENTO, ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO, POLIMENTO E CONSERTOS.	UND	70	R\$	R\$
04	CONFEÇÃO DE PRÓTESE CORONÁRIAS/INTRARRADICULARES FIXAS/ADESIVAS EM RESINA	UND	14		
R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX					R\$
<b>PRAZO E LOCAL DA ENTREGA:</b>					
<b>Quando necessário favor retornar no tel: (XX)</b>					
<b>XXXXXXXXXXE-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX</b>					
<b>LOCAL E DATA:</b>					
<b>Carimbo do CNPJ/Assinatura da Empresa.</b>			<b>Assinatura do Responsável pela Pesquisa de Preço.</b>		



	<b>VALIDADE DA PROPOSTA:</b> _____/_____/_____/
--	---



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

**ANEXO II –  
DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14**

A empresa \_\_\_\_\_ declara para os devidos fins que não está incurso nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XXXXXXXXXXXXX /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante da empresa.**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

**ANEXO III -  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO  
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

....., inscrita no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.  
(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e  
do CPF nº.....DECLARA, para fins de habilitação na Dispensa de Licitação nº \*\*\*/2024,  
sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é  
considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de  
14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei  
Complementar nº 123, de 14/12/2006

XXXXXXXXXXXXX /BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante da empresa.**

OBS: 1) assinalar com um "X" a condição da empresa.

**OBS: Esta declaração deverá ser entregue junto a Proposta de Preços pela empresa que pretende ser  
beneficiado nesta licitação pela Lei Complementar nº 123/2006.**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

#### **ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta no Termo de Referência da Dispensa nº \*\*\*/2024 da Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues/Ba, que a empresa.....tomou conhecimento do Aviso de Contratação e de todas as condições de participação na Dispensa de Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Termo de Referência e fornecer material/serviço de qualidade, sob as penas da Lei.

XXXXXXXXXXXX/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

**Assinatura do representante da empresa.**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

**ANEXO V –  
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no do  
CNPJ \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ residente no endereço  
\_\_\_\_\_ Bairro

\_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_,  
assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias dos documentos  
entregues para a Dispensa de Licitação nº \*\*\*/2024. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações  
prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis.

XXXXXXXXXXXX/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do representante da empresa.**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

**ANEXO VI –  
DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD**

A empresa \_\_\_\_\_ declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência - PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

XXXXXXXXXXXXXXXX/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

**Assinatura do representante da empresa.**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

## ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº \*\*\*/2024.

### CONTRATO DE FORNECIEMNTO DE BENS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE \*\*\*\*\* E \*\*\*\*\*.

Pelo presente Termo de Contrato, regido pela Lei Federal nº. 14.133/21, que entre si celebram o **Fundo Municipal de \*\*\*\*\***, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. \*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*-\*\*, neste ato representado por sua Gestora, a Sra. \*\*\*\*\*, brasileira, maior, portadora do CPF/MF nº. \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro a empresa \*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ/MF nº. \*\*.\*\*\*.\*\*\*/\*-\*\*, sediada à \*\*\*\*\*, neste ato representada pelo Srº. \*\*\*\*\*, portador da cédula de identidade nº. \*\*\*\*\*, CPF/MF nº. \*\*\*.\*\*\*.\*\*\*-\*\* denominando-se a partir de agora CONTRATADO. Resolvem firmar o presente Termo de Contrato, com base na Dispensa de Licitação nº. \*\*\*/2024, regido pelo Decreto Municipal nº. \*\*/2024, e no que couber, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações subsequentes, e pelas cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O presente Contrato tem por objeto a \*\*\*\*\*, que juntamente com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, passam a fazer parte integrante deste Contrato, naquilo que não lhe for incompatível ou contraditório, independentemente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO:

2.1. Pelo efetivo fornecimento dos produtos contratados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total estimado de R\$ \*\*.\*\*\*.\*\*\* (\*\*\*\*\*).

2.1.1. No valor ajustado no item 2.1 acima estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e para fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

2.1.2. Na hipótese de o objeto ser, a critério da **CONTRATANTE**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

2.1.3. Caso a **CONTRATANTE** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à **CONTRATADA**.

2.1.4. A **CONTRATADA** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO:**

3.1. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, com observância das condições previstas no Termo de Referência e na cláusula segunda deste instrumento, por meio de crédito em conta bancária, na instituição financeira Banco da \*\*\*\*\*, Agência: \*\*\*, Conta Corrente: \*\*\*\*\*, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal em conformidade com a legislação em vigor, desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

3.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar, quando da entrega das Notas Fiscais/Faturas, dentro dos respectivos prazos de validade neles previstos, os seguintes documentos: a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3.3. O pagamento ocorrerá em conformidade com as quantidades efetivamente fornecidas dos bens, conforme exigido nas respectivas ordens de fornecimento emitidas pela **CONTRATANTE**.

3.4. Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

3.5. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a **CONTRATANTE** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA QUARTA– REAJUSTAMENTO:**

4.1. O preço do Contrato somente poderá ser reajustado, respeitando-se a periodicidade mínima de \*\* (\*\*\*) meses, na forma do art. 25º, § 7º, Lei 14.133/2021, tomando-se por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E) ou, na sua falta, índice legalmente previsto à época.

### **CLÁUSULA QUINTA - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:**





**5.1.** A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja contratualmente alocado à **CONTRATADA**, respeitando-se o seguinte:

**5.1.1.** A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da **CONTRATANTE** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**. Neste último caso, a **CONTRATADA** deverá formular à **CONTRATANTE** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

**5.1.2.** A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão;

**5.1.3.** Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto do aumento de preços ocorrido repercuta no valor pactuado.

**5.2.** A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda que:

**5.2.1.** Caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;

**5.2.2.** A **CONTRATANTE** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega, pela **CONTRATADA**, dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da **CONTRATANTE**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos;

**5.2.3.** Caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos fixados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao seu eventual direito.

#### **CLÁUSULA SEXTA – EMPENHO E DOTAÇÃO:**

**6.1.** As despesas para a execução deste Contrato correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da **CONTRATANTE**, pela Classificação Orçamentária: Ação: \*\*\*\* - Natureza da Despesa: \*\*\*\*\* e Fonte: \*\*.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**



7.1. O presente Contrato terá duração de \*\* (\*\*\*\*) **meses**, contados da data da sua assinatura, podendo e devendo ser extinto, antes do referido termo, imotivadamente e sem ônus, na hipótese da conclusão definitiva do seu objeto.

7.2.1. Este Contrato poderá ter o seu prazo de vigência prorrogado, a critério da **CONTRATANTE**, até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 106, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da ordem de fornecimento emitida pela CONTRATANTE. Os itens serão recebidos e fiscalizados por servidores designados pela CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA - ATESTAÇÃO:**

8.1. Nos termos do artigo 140, da Lei nº. 14.333/21, o objeto desta dispensa será recebido, em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.4. A atestação de conformidade da entrega do (s) produto (s) ou serviço (s) caberá ao titular do Setor de Compras ou a outro servidor designado para esse fim.

8.5. O (s) representante (s) anotará (ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1. Sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos, e em especial no Termo de Referência, ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 14.133/2021, ou que entrem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

9.1.1. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**;

9.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da sua execução;



- 9.1.4. Reparar todos os danos e prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por dolo ou culpa na execução deste Contrato, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;
- 9.1.5. Pagar todos os encargos e tributos, de sua responsabilidade legal, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;
- 9.1.6. Permitir vistorias e acompanhamentos *in loco* da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;
- 9.1.7. Obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pela **CONTRATANTE**, para a adequada execução do Contrato;
- 9.1.8. Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a **CONTRATANTE**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 10.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos, em especial no Termo de Referência, ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 14.133/2021, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATANTE**:
- 10.1.1. Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- 10.1.2. Designar e comunicar à **CONTRATADA** o Gestor do Contrato, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do objeto do contrato, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;
- 10.1.3. Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato; e
- 10.1.4. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:
- I) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;
  - II) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, e aplicação de eventuais penalidades, concedendo-lhe previamente prazo para defesa previsto em Lei e/ou Regulamento Interno; e
  - III) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDUTA ÉTICA:**

- 11.1. A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.
- 11.2. A **CONTRATADA** obriga-se, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades legais e contratuais pertinentes, a não praticar quaisquer atos lesivos à administração pública, principalmente aqueles indicados no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, obrigando-se, ainda a:



**11.2.1.** Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

**11.2.2.** Impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da **CONTRATANTE** na execução do objeto do presente Contrato.

**11.2.3.** Providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado da **CONTRATANTE**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

**11.2.4.** Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução de poluição.

**11.2.5.** Verificada uma das situações mencionadas nos subitens 11.2.2 e 11.2.3 desta cláusula, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à **CONTRATANTE**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO:**

**12.1.** É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

**12.2.** É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

**12.2.1.** Aquiescência prévia da **CONTRATANTE** que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

**12.2.2.** Manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

**12.3.** Caso ocorra a sucessão contratual admitida no item anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

**12.4.** Será permitida a subcontratação de até 50% (cinquenta por cento) do objeto, devendo o contratado apresentar à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES:**

**13.1.** Nos termos do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;



- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.

**13.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado a juros de mora 1% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

**14.1.** O presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 124, da Lei nº 14.133/2015, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

**14.1.1.** As alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

**14.1.2.** É vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência.

**14.2.** Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração do contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

**14.3.** A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no item anterior deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste contrato e na legislação vigente.

**14.4.** As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento de aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à



eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do contrato, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO DO CONTRATO:**

**15.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, mediante notificação via Diário Oficial quando fracassados outros meios.

**15.1.1.** Os casos de rescisão contratual, comprovadas as hipóteses previstas art. 137 e 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**15.2.** Havendo rescisão contratual em trânsito e julgado na esfera administrativa, a Contratante deverá liquidar todas as dívidas com a contratada, inclusive o pagamento de lucros cessantes, independente da CONTRATANTE, decidir impetrar medida na via judicial.

**15.3.** Na rescisão contratual, deverá ser considerada a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**15.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será procedido de:

- a) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- b) Indenizações e multas;
- c) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO DO PROCESSO:**

**16.1.** Fica a **CONTRATADA**, durante a execução deste contrato, vinculada aos termos do Processo Administrativo nº \*\*\*/2024 e seus respectivos documentos, principalmente ao Termo de Referência e Proposta vencedora, independentemente de suas transcrições.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:**

**17.1.** Obriga-se a **CONTRATADA** a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** Integram o presente Contrato:

- I - Termo de Referência do Processo nº \*\*\*/2024, anexos complementares e;
- II - Proposta Vencedora;

**18.2.** Os representantes legais signatários do presente contrato declaram, para todos os fins de direito, que estão autorizados por seus estatutos ou contratos sociais a representar as respectivas pessoas jurídicas, bem como a celebrar, alterar e rescindir o presente instrumento.





**18.3.** A **CONTRATADA** se compromete a tratar todos e quaisquer dados pessoais a que tiver acesso, em razão deste contrato, de acordo com as disposições previstas na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), suas alterações e eventuais regulamentos, inclusive (sempre quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), e seu decreto regulamentador (Decreto nº 8.771/2016) e demais normas setoriais que envolvam proteção de dados e a privacidade de seus titulares, obrigando-se perante terceiros a reparar eventual dano patrimonial, moral, individual ou coletivo causado em violação a tais normas jurídicas, assumindo, ainda, a responsabilidade de ressarcir a **CONTRATANTE** regressivamente caso esta seja obrigada judicial ou administrativamente a desembolsar quaisquer valores, a que título for, em razão de obrigações que, por força de tais normas coubesse a **CONTRATADA**, seus sócios, empregados ou prepostos observar, diligenciar, cumprir e/ou honrar, obrigando-se a **CONTRATADA** a aceitar seu chamamento ao processo ou a sua denúncia à lide, nos termos do Código de Processo Civil.

**18.4.** Qualquer omissão ou tolerância das partes, quando a exigir o estrito cumprimento das cláusulas e condições deste contrato ou quando a exercer qualquer direito nele previsto, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

**18.5.** O presente contrato não estabelece entre as partes contratantes qualquer forma de sociedade, associação, relação de emprego ou responsabilidade solidária ou subsidiária.

**18.6.** Todos os avisos e notificações referentes a este contrato deverão ser realizados por escrito e encaminhados para os endereços constantes no preâmbulo deste instrumento, e poderão ser enviados por qualquer uma das seguintes formas: pessoalmente, ao representante legal, mediante recibo; carta protocolada ou registrada (AR ou SEDEX), por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou correio eletrônico, com aviso de recebimento.

**18.7.** Obrigam-se as partes a comunicar, mediante carta protocolada, qualquer mudança nos endereços informados no preâmbulo deste instrumento, sob pena de não o fazendo, serem consideradas válidas quaisquer comunicações, cartas, avisos, correspondências, interpelações, notificações e citações enviadas para o endereço das partes constantes do mesmo.

**18.8.** A **CONTRATADA** responderá regressivamente perante a **CONTRATANTE** em qualquer ação que esta seja acionada em decorrência de obrigações que, por força do presente contrato, coubesse à **CONTRATADA**, seus sócios e/ou colaboradores observar, diligenciar, cumprir e/ou honrar, obrigando-se a **CONTRATADA** a aceitar a sua denúncia à lide, nos termos do inciso II, do art. 125, do CPC, ficando, todavia, livre para, querendo, apresentar sua contestação, na respectiva ação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS:**

**19.1.** Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à espécie, e, em sua inércia, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União mais benéfica para a Contratada.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO:**



Estado da Bahia  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES  
Comissão Permanente de Licitação - COPEL

**20.1.** A publicação resumida do instrumento do contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é de condição indispensável para a sua eficácia, será providenciado pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, nos termos do inciso I, do art. 176, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**20.2.** A versão integral do contrato será disponibilizada no sítio \*\*\*\*\* em cumprimento do inciso II, do art. 176, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- FORO:**

**21.1.** É competente o foro de Amélia Rodrigues/BA para solucionar eventuais litígios decorrentes deste contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja. As folhas deste Contrato são rubricadas pelo Departamento Jurídico da **CONTRATANTE**.

Firmam o presente Instrumento, redigido em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

\*\*\*\*\*-BA, \*\* de \*\*\*\* de 2024

\*\*\*\*\*

**Gestora do Fundo Municipal  
de Saúde**

\*\*\*\*\*

**Empresa**

### **Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

CPF/MF Nº

2. \_\_\_\_\_

CPF/MF Nº